

TOTAL PATRIM. LÍQUIDO	7.095	8.197
TOTAL DO PASSIVO	34.224	40.315
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	NOTA	2019 2018
Receita Operacional Líquida	13	22.417 23.713
Custo das Atividades	14	(17.519) (17.319)
Superávit Bruto		4.898 6.394
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com Pessoal	15	(2.058) (2.008)
Desp. Gerais e Administrativas	16	(3.842) (4.171)
Despesas Tributárias		(298) (322)
Déficit Antes do Result. Financ.		(1.300) (107)
Receitas Financeiras		274 297
Despesas Financeiras		(76) (76)
Resultado Financeiro Líquido	17	198 221
(Déficit) Superávit do Exercício		(1.102) 114
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2019	2018
(Déficit) Superávit do Exercício	(1.102)	114
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(1.102)	114

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
	Patrimônio Social	Superávit Acumula do	Total
SALDO EM 01/01/2018	7.703	380	8.083
Incorp. do Superávit Acumulado	380	(380)	-
Superávit do Exercício	-	114	114
SALDO EM 31/12/2018	8.083	114	8.197
Incorp. Superávit Acumulado	114	(114)	-
(Déficit) Superávit do Exercício	-	(1.102)	(1.102)
SALDO EM 31/12/2019	8.197	(1.102)	7.095

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais.		
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	(1.102)	114
Depreciação e Amortização	800	820
Baixas do Imobilizado e Intangível	1	27
	(301)	961
(Aumento) Redução dos Ativos		
Recursos Vinculado a Convênios	5.794	(3.233)
Créditos a Receber	475	(284)
Estoques	-	16
Depósitos Judiciais	-	(20)
	6.269	(3.521)
Aumento (Redução) dos Passivos		
Fornecedores	22	12
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(62)	(9)
Obrigações Tributárias	1	12
Outras Contas a Pagar	(73)	118
Obrigações c/ Rec. de Convênios	(4.877)	4.071
	(4.989)	4.204
Caixa Líquido Proveniente Atividades Operacionais	979	1.644
Fluxo da Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(652)	(814)
Aquisição de Intangível	-	(9)
Caixa Líquido Usado nas Atividades Investimento	(652)	(823)
Aumento do Caixa e Equivalente de Caixa	327	821
Caixa e Equivalente Caixa em 1º de Janeiro	2.722	1.901
Caixa e Equivalente Caixa em 31 Dezembro	3.049	2.722
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
João Valsecchi do Amaral	Emiliano Esterci Ramalho	Joycimara Rocha de S. Ferreira
Diretor Geral	Diretor Técnico Científico	Diretora Administrativa
Dávila Suelen Souza Correa	Nizete de Lima Campelo	
Diretora Manejo Desenvolvimento	Contadora	
	CRC/AM 010141/O-0	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Contexto Operacional - O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o "Instituto") é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do decreto presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Realizar pesquisa de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação do meio ambiente da Região Amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologia sustentável.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do novo contrato firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. E desde então a vigência do Contrato de Gestão, por quatro vezes seguidas, vem sendo prorrogada. Em dezembro de 2019 foi assinado o 25º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão prorrogando a vigência do mesmo até 30/12/2020.

Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações - MCTIC. Vide informações sobre a gestão financeira do referido contrato na Nota Explicativa nº 18.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar ações de manejo e gestão participativa nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento. Desde 2016 o IDSM firmou convênio também com a Fundação Gordon Moore, cuja finalidade é apoiar a Consolidação e Disseminação de Práticas Sustentáveis de Gestão de Recursos Naturais em Áreas Úmidas.

Em 2018 foi assinado convênio com a Financiadora de Gestão e Pesquisa - FINEP, cujo objeto é: "Dinâmica populacional e saúde animal como instrumento de conservação e manejo na Amazônia".

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo colaborando para o desenvolvimento das comunidades regionais e a inserção dos comunitários locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 7 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 10 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "bens com restrição de uso".

